

Athos Bulcão
(na foto com
o senador
Adelmir Santana)
desenvolveu um
trabalho muito
peculiar



Adeus a Athos Bulcão, artista e pioneiro

“Artista eu era. Pioneiro eu fiz-me. Devo a Brasília esse sofrido privilégio.” Assim falava Athos Bulcão, que colaborou em diversos projetos de Oscar Niemeyer na construção da capital federal. O artista morreu ontem aos 90 anos de idade. [2](#)

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.850 – Brasília, sexta-feira, 1º de agosto de 2008

Com *shows*, Senado celebra 50 anos da Bossa Nova

Uma série de *shows* no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, marca este mês a comemoração, no Senado, dos 50 anos da Bossa Nova. A temporada, que será aberta na segunda-feira com a apresentação do músico Tico da Costa, prossegue nos dias 12, 13 e 14 deste mês. [2](#)

Prêmio destaca luta da mulher brasileira por causas sociais

Estão abertas as inscrições para o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído para homenagear mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos femininos e das questões de gênero no Brasil. Desde 2002, a premiação é realizada todos os anos. [3](#)

Diretor do Bird anuncia US\$ 1,1 bi para Rio Grande do Sul

Em visita ao Senado, o diretor-executivo do Banco Mundial (Bird) para o Brasil, Rogério Studart, afirmou que o empréstimo para o Rio Grande do Sul é um exemplo da atuação do banco, em parceria com o governo brasileiro, na implementação de programas de ajuste fiscal. [3](#)

Congresso retoma atividades hoje. Senado define pauta na terça

O Congresso Nacional retoma hoje suas atividades após um recesso de 14 dias. No Senado, haverá sessão não-deliberativa a partir das 9h. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, marcou para terça-feira reunião de líderes visando definir a pauta de matérias com prioridade para votação neste segundo semestre, sobretudo em agosto e setembro, período em que os parlamentares estarão envolvidos na campanha para as eleições municipais. [3](#)



Famoso por suas obras espalhadas por igrejas, murais e monumentos de Brasília, o arquiteto, escultor, pintor, desenhista e mosaicista será enterrado hoje

Athos Bulcão deixa muito mais que painéis de azulejos

MORREU ONTEM, AOS 90 anos, o artista plástico Athos Bulcão, que colaborou em diversos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer. Ele teve uma parada cardíaca no Hospital Sara Kubitschek, em Brasília, onde se tratava do mal de Parkinson.

“Artista eu era. Pioneiro eu fiz-me. Devo a Brasília esse sofrido privilégio. Realmente um privilégio: ser pioneiro. Dureza que gera espírito. Um prêmio moral.” Assim se definiu o arquiteto, escultor, pintor, desenhista e mosaicista Athos Bulcão, em um depoimento, de 1991, que se encontra no Arquivo Público do Distrito Federal.

Ele foi amigo de Candido Portinari, pintor brasileiro de grande projeção internacional, com quem trabalhou no mural de São Francisco de Assis da Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte. Bulcão morou na casa de Portinari em 1945. Por causa desse período e do grande aprendizado ao lado do pintor, Athos Bulcão não se considerava autodidata. “Portinari me deu uma porção de noções”, diz Bulcão no depoimento.

Athos Bulcão nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1918, e chegou a cursar Medicina, mas deixou o curso para se dedicar à arte. Foi também amigo de Carlos Scliar, Jorge Amado, Panetti e Enrico Bianco. Segundo a biografia publicada no site da Fundação Athos Bulcão, foi Bianco quem o apresentou a Bule Marx, Milton Dacosta,



Ventania, obra de Athos Bulcão no Salão Verde da Câmara dos Deputados

Vinicius de Moraes, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Ceschiatti e Manuel Bandeira.

A obra de Athos Bulcão vai muito além dos seus painéis de azulejos, da lateral cubista do Teatro Nacional e dos painéis de mármore espalhados por diversos prédios públicos de Brasília, como o Palácio do Itamaraty. Ele produziu também pinturas, máscaras, fotomontagens e desenhos eróticos.

Azulejos e concreto

Tudo se transformou em arte com dificuldade, segundo o artista. “Sempre trabalhei com o mínimo. Você repara que os meus trabalhos são feitos com material muito barato: é azulejo, concreto. Pesa muito pouco na construção. Depois é que eu me habituei a tentar resolver sem ficar ordinário, mas sempre com material barato”, disse.

No período em que morou em Brasília (os últimos 60 anos),

Bulcão foi funcionário da Empresa Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Ele também produziu obras “efêmeras”, como instalações durante o Natal e o carnaval brasileiros. “Eu gostaria mesmo de fazer coisas enormes na rua, mas nunca tive oportunidade. Eu gosto dessa coisa com esse sentido de durar pouco, assim, no momento de festa, de alegria. Mas, realmente, o que eu faço com arquitetura pra ver se é efêmera, não, não depende da minha vontade”, afirmou na entrevista ao Arquivo Público.

Segundo a Fundação Athos Bulcão, será celebrada hoje, às 9h30, uma missa em homenagem ao artista na capela da sede do governo do Distrito Federal, o Palácio do Buriti. Às 16h, o corpo de Bulcão seguirá em cortejo até o Cemitério Campo da Esperança, onde será sepultado na Ala dos Pioneiros.

(Agência Brasil)

Cristovam: “Quem deixa tantas obras não morre”



Cristovam: Athos Bulcão estará para sempre com os brasilienses

Ao receber a notícia da morte do artista plástico Athos Bulcão, Cristovam Buarque (PDT-DF) divulgou nota em que afirma que o artista estará para sempre com os brasilienses e com aqueles que visitam a capital.

– Um artista que deixou tantas obras espalhadas por Brasília não morre – disse o senador.

Cristovam refere-se às obras que estão em vários espaços pú-

blicos da capital federal, como a Igreja Nossa Senhora de Fátima, o Parque da Cidade, o Palácio do Itamaraty, a Universidade de Brasília, o Teatro Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Cristovam não se encontra em Brasília e será representado hoje no sepultamento de Athos Bulcão pelo funcionário de seu gabinete Marcos Linhares.

Senado comemora 50 anos da Bossa Nova com série de shows

Como parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola 2008 – lançado pelo Senado em maio –, será realizada uma série de shows para comemorar os 50 anos do movimento musical Bossa Nova. A temporada será aberta segunda-feira, com apresentação do músico potiguar Tico da Costa. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e Demostenes Torres (DEM-GO) assistirão à abertura.

O projeto prosseguirá nos dias 12, 13 e 14, com apresentações de artistas que são servidores do Senado. Na terça-feira, será a vez da compositora e cantora Ângela Brandão, repórter da TV Senado. Na quarta, o pianista Toninho de Paula, que é consul-

tor legislativo, mostrará clássicos da Bossa Nova. E, na quinta, a apresentação será de Vanessa Pinheiro, assessora do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Os shows ocorrerão no auditório do Interlegis, às 19h, com entrada franca. Também podem ser acompanhados pelo site www.interlegis.gov.br.

Guimarães Rosa

Também para agosto está prevista a celebração do centenário de nascimento do escritor Guimarães Rosa, e um painel de debates sobre 1968, ano marcado por contestações políticas em todo o mundo e, no Brasil, também pelo recrudescimento da ditadura militar.



Ângela Brandão, Vanessa Pinheiro e Tico da Costa se apresentarão no Interlegis

Rádio Senado apresenta especial sobre trabalho infantil doméstico

A Rádio Senado apresenta hoje a reportagem especial *Infância Roubada*, sobre crianças e adolescentes no trabalho doméstico.

O programa – que vai ao ar hoje às 18h; sábado, às 10h; e domingo, às 17h – destaca o papel do Ministério Público e dos conselhos tutelares, além das iniciativas da sociedade civil, para combater o problema.

Já o programa *Cine Musical* vai falar sobre os temas musicais dos filmes brasileiros *Deus e o diabo na terra do sol*, *Dona Flor e seus dois maridos* e *A dama da lotação*. O programa vai ao ar no sábado, às 14h, com reprises às 22h e, no domingo, às 10h.

A Rádio Senado pode ser sintonizada na FM 91,7 MHz, em Brasília, e em Ondas Curtas (na faixa de 49m).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, com início às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares. Entre os inscritos estão os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), José Nery (PSOL-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

O Senado Federal ficou em recesso no período de 18 a 31 de julho e retoma hoje suas atividades normais.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Rogério Studart faz anúncio durante visita ao gabinete de Serys Slhessarenko

Empréstimo para o Rio Grande do Sul é aprovado pelo Bird

O diretor-executivo do Banco Mundial (Bird) para o Brasil em Washington, Rogério Studart, foi recebido ontem por Serys Slhessarenko (PT-MT), no gabinete da senadora.

Ao final do encontro, Studart telefonou para a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, e informou a ela que o Banco Mundial aprovou a proposta para o empréstimo de US\$ 1,1 bilhão ao estado.

Studart disse, em entrevista à Agência Senado, que o empréstimo do Rio Grande do Sul é um exemplo da atuação do banco em parceria com o governo brasileiro na implementação de programas de ajuste fiscal dos estados. Esse será um dos temas de audiência pública marcada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para o próximo dia 14, destinada a discutir com o diretor do Banco Mundial a atuação da instituição no Brasil.

A reunião foi solicitada por Serys, em requerimento aprovado na CRE no último dia 10.

O diretor afirmou que a relação do banco com o Brasil, que

antes era de assistência, hoje se caracteriza como parceria, e que isso se deve à importância adquirida pelo país.

Na conversa por telefone com Yeda Crusius, Studart frisou à governadora que já havia tomado conhecimento dos pareceres dos 24 diretores que representam 185 países, todos favoráveis à concessão do financiamento.

Desenvolvimento

Outro tema previsto para ser discutido na audiência da Comissão de Relações Exteriores, informou Serys, é o apoio do banco a programas de desenvolvimento sustentável. Na opinião da senadora, a produção de biocombustíveis sem prejuízo à de alimentos é uma questão chave. De acordo com Serys, no Brasil, é possível haver aumento da produtividade na agricultura ao mesmo tempo em que se atende à demanda de matérias-primas para os biocombustíveis.

– Podemos ser grandes produtores de etanol sem derrubar nenhuma árvore de forma ilegal e sem prejudicar a produção de alimentos – enfatizou.

Senado abre inscrições para o Diploma Bertha Lutz 2009

Já estão abertas as inscrições para indicações à edição 2009 do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz – prêmio instituído para homenagear mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil. A premiação é realizada todos os anos no Senado, desde 2002.

As agraciadas devem ser indicadas por entidades, governamentais ou não-governamentais, de âmbito nacional. Cada entidade pode sugerir um nome de candidata, a cada ano. A indicação da candidata deverá ser encaminhada à Mesa do Senado, acompanhada do respectivo currículo e de justificativa até o dia 1º de novembro. O modelo do formulário para indicação

da candidata pode ser encontrado no endereço http://www.senado.gov.br/web/comunica/bertha_lutz.

A premiação é coordenada pelo Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, presidido pela senadora Serys Slhessarenko.

– É necessário que as entidades enviem suas indicações, para que possamos reconhecer essas lutadoras, muitas vezes anônimas, mas que conseguem resultados excepcionais em prol da sociedade feminina no Brasil – afirma Serys.

Para mais informações, entre em contato com o gabinete da senadora pelos telefones (61) 3311-2291/2293 ou pelo e-mail paulalou@senado.gov.br.

Em reunião com líderes partidários, o presidente do Senado discutirá pauta para agosto e setembro. Objetivo é evitar que as eleições municipais prejudiquem trabalhos

Congresso retoma atividades. Senado define pauta na terça

O CONGRESSO NACIONAL retoma hoje suas atividades após um recesso de 14 dias, que teve início em 18 de julho. No Senado, haverá sessão não-deliberativa a partir das 9h. Já estão inscritos para discursar os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), José Nery (PSOL-PA), Pedro Simon (PMDB-RS), Serys Slhessarenko (PT-MT), Mão Santa (PMDB-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

A sessão de reinício das atividades ocorre em obediência ao artigo 57 da Constituição, segundo o qual o Congresso Nacional reúne-se anualmente de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

A retomada dos trabalhos, conforme o presidente do Congresso, Garibaldi Alves, ocorre num momento em que é preciso compatibilizar a agenda da instituição com as eleições municipais. Com esse objetivo, o presidente do Senado marcou para terça-feira, às 14h30, reunião de líderes para definir a pauta de matérias que têm prioridade para votação neste segundo semestre, principalmente nos meses de agosto e setembro, período em que os parlamentares estarão envolvidos na campanha para as eleições municipais de outubro.

Em entrevista à Rádio Senado, Garibaldi disse que “não é possível nem deixar o Legislativo



Garibaldi acredita que é possível discutir reformas tributária e política

parado nem impedir que os parlamentares participem das eleições de outubro”.

– Manda a praxe que eu acerte essa pauta com os líderes partidários. As prioridades que estão se desenhando são a reforma tributária e a reforma política, que poderá ter novas discussões. Além disso, existem os projetos mudando a maioria penal, o que prevê o voto aberto nas sessões de julgamento de parlamentar e ainda os projetos pendentes de decisão da Câmara e com perspectiva de vir para o Senado, como os referentes à educação.

Conciliação

O presidente do Senado afirmou acreditar numa conciliação entre as exigências de votar matérias importantes e participar das próximas eleições, que

considerou muito importantes para o país.

– O importante é que o Legislativo possa funcionar e que possamos continuar a dar uma resposta à opinião pública, à sociedade brasileira, aos cidadãos do Brasil. Vamos nos reunir para fazer esse calendário de agosto e setembro. Em outubro, as coisas voltam totalmente à normalidade.

Na reunião que fará com os líderes, o presidente vai propor a votação de projetos específicos que possam ser reunidos tematicamente, como é o caso das iniciativas referentes a meio ambiente, sem negligenciar os projetos que tratam de matérias variadas. O que ele deseja é facilitar as votações. Indagado se as eleições municipais vão atrapalhar o trabalho do Congresso, disse que isso não acontecerá.

– Não, atrapalhar, não vão. Elas vão reduzir um pouco a atividade. Ninguém pode negar que vão reduzir um pouco. Mas não vão chegar a atrapalhar, transtornar, paralisar os trabalhos do Senado. Nisso eu não acredito.

Na mesma entrevista, Garibaldi confirmou que, ainda neste ano, o Senado realizará concurso para o preenchimento de vagas destinadas a vários setores da Casa. “O concurso será realizado no segundo semestre”, assegurou ele.



O Plenário do Senado só deve voltar a deliberar sobre propostas depois da reunião de líderes na terça-feira

PEC aperfeiçoa texto sobre pleito presidencial

Proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que visa adequar a redação do dispositivo sobre a data da eleição do presidente e do vice-presidente da República ao

calendário dos pleitos presidenciais já está pronta para constar da ordem do dia do Plenário.

A iniciativa, segundo o senador, torna o texto mais claro e apropriado com o período a que se refere. Ele adverte

que a redação atual pode dar margem a entendimento equivocado quanto ao tempo em que se realizarão as eleições. “Como o ano do ‘término do mandato presidencial vigente’ é o mesmo ano imediatamente

anterior ao do início do novo mandato, daí claramente decorre que a eleição presidencial poderá ser realizada até um ano e três meses antes da posse do novo presidente”, argumenta.

Iniciativa de Jarbas Vasconcelos estabelece que pedido de autorização judicial para interceptação telefônica deve conter justificativa consistente, especificando o crime sob apuração e os indícios contra o investigado



Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Marco Maciel (E), deve votar na quarta-feira proposta de Jarbas Vasconcelos que altera as regras sobre a escuta telefônica

Alvaro critica as conclusões sobre grampo contra FHC

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou ontem as conclusões de processo disciplinar aberto pela Casa Civil da Presidência da República. Apenas o ex-secretário de Controle Interno José Aparecido Nunes Pires foi responsabilizado pelo vazamento do dossiê envolvendo gastos sigilosos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da mulher dele, dona Ruth Cardoso, recentemente falecida. A comissão isentou de qualquer responsabilidade a ministra Dilma Rousseff e a sua principal assessora, Erenice Guerra.

– O resultado do processo administrativo não tem valor algum, já que as investigações foram conduzidas pelos próprios responsáveis pela feitura do dossiê. É a mesma coisa de um cabrito cuidar da horta. Resta agora esperar que o Supremo Tribunal Federal autorize o delegado Sérgio Menezes, da Polícia Federal, a avançar nas investigações, porque há elementos suficientes para incriminar a própria ministra Dilma Rousseff por responsabilidade no episódio – garantiu o senador.

Alvaro Dias, que falou por telefone à Agência Senado, estranhou que um fato “tão grave como esse seja tratado com tanta displicência e de maneira grosseira pelo Palácio do Planalto”. Para ele, o processo disciplinar não passou de uma “armação” do governo para proteger os responsáveis pela elaboração do dossiê e seu posterior vazamento, na tentativa de prejudicar a imagem de Fernando Henrique Cardoso.

Sobre a advertência ou suspensão temporária do cargo de José Aparecido recomendada pela Comissão de Processo Administrativo e Disciplinar (PAD) da Casa Civil, Alvaro Dias foi enfático: é apenas uma resposta tímida na tentativa de demonstrar serviço do Executivo.

Computador

O caso do dossiê ganhou as manchetes dos jornais no início do ano, depois que a documentação envolvendo gastos do ex-presidente Fernando Henrique e da mulher dele foi transmitida do computador de José Aparecido para o assessor parlamentar de Alvaro Dias, o economista André Fernandes. Houve a divulgação do dossiê, abrindo crise no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O assessor chegou até a ser responsabilizado pelo vazamento.



Alvaro diz que há elementos para incriminar a ministra Dilma Rousseff

Vazamento de grampo poderá ser punido com prisão de até sete anos

PROJETO QUE TORNA crime a divulgação sem autorização judicial de escuta telefônica deverá ser votado na próxima quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a proposição, que já tem parecer favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), receberá decisão terminativa no colegiado.

A iniciativa (PLS 525/07) determina que, no pedido de autorização para a escuta, seja indicado o nome da autoridade policial responsável pela execução ou pelo acompanhamento

da operação. Se houver vazamento de informações sigilosas obtidas por meio de grampo telefônico, o delegado que estiver à frente do caso poderá ser condenado a até sete anos e seis meses de prisão, e o responsável pelo veículo de comunicação que divulgar as gravações, a até cinco anos de reclusão.

Jarbas propõe que o uso de escuta telefônica fique restrito a investigação de fatos que constituam crimes sujeitos a pena mínima igual ou acima de um ano de prisão, considerados delitos de médio potencial ofensivo. Para tanto, o projeto estabelece que a autoridade

policial, ao fazer o pedido de autorização para efetuar o grampo, apresente justificativa consistente para a interceptação, especificando o crime sob investigação e os indícios existentes contra os investigados.

Em seu relatório, Demostenes destaca determinação prevista na matéria para que sejam especificados os números que serão interceptados e o nome do titular das linhas. A medida, afirma o relator, evitará a possibilidade de a autoridade policial “enxertar” outros números durante operação de escuta.

A proposta prevê que, ao final do processo de interceptação

telefônica, seja apresentado ao juiz relatório com a transcrição das gravações e o detalhamento das operações realizadas. Estabelece ainda que todas as pessoas que tiverem suas ligações grampeadas sejam informadas a respeito do fato, inclusive dos resultados da operação. Isso só não ocorrerá quando a ciência do fato pelos envolvidos prejudicar novas investigações.

Também está prevista a destruição da gravação que perder valor de prova e não mais servir às investigações. A destruição, quando autorizada pelo juiz, poderá ser acompanhada pelo investigado ou seu advogado.

Propostas ampliam critérios para autorização de escuta

A polêmica em torno da divulgação do conteúdo de escutas telefônicas feitas em operações da Polícia Federal tem gerado manifestações de autoridades sobre a necessidade de novas regras para autorização dos grampos e para evitar o vazamento de informações sob sigilo de Justiça. Conforme matérias divulgadas pela imprensa esta semana, o presidente Lula cobrou a aprovação de projeto do Executivo, que tramita na Câmara, ampliando o controle sobre escutas autorizadas judicialmente. No Senado, poderá

ser votado na próxima quarta-feira, pela Comissão de Justiça, projeto de Jarbas Vasconcelos que também dispõe sobre o assunto.

Em comum, as propostas do Executivo e do senador aumentam os critérios para que um pedido de interceptação receba autorização. A solicitação deverá comprovar a existência de indícios suficientes para justificar a escuta. A inclusão de novos números, ao longo da operação policial, também dependerá de permissão do juiz.

De acordo com a proposição de Jarbas Vasconcelos, será cri-

me publicar ou divulgar conteúdos que estejam sob sigilo de Justiça, além da realização, sem a devida permissão do juiz, de escuta ou quebra de sigilo telefônico, de informática ou telemático.

Como punição para os crimes, o governo mantém o previsto na legislação atual – reclusão de dois a quatro anos, mais multa. Já o senador por Pernambuco quer mais rigor – sugere prisão de dois a cinco anos, mais multa, aumentando a pena quando o crime for praticado por funcionário público, como é o caso dos delegados

de polícia. Além da diferença em termos de pena, os projetos divergem quanto ao tipo de crime passível de uso de escuta no processo de investigação. O governo quer eliminar restrição existente na lei atual e propõe que sejam autorizadas escutas para investigação de crimes passíveis de reclusão e de detenção. A proposta de Jarbas Vasconcelos restringe o uso do grampo aos casos de crimes sujeitos a pena igual ou superior a um ano de prisão.

Veja, abaixo, quadro comparativo entre a lei atual e as duas proposições.

	Legislação atual – Lei 9.296/96	Projeto enviado pelo Executivo – PL 3.272/08	Projeto do senador Jarbas Vasconcelos – PLS 525/07
Hipótese para autorização de interceptação telefônica	Investigação de crimes passíveis de pena de reclusão.	Além do previsto na lei atual, amplia quebra de sigilo para crimes sujeitos a detenção.	Restringe o grampo à investigação de delitos sujeitos a pena mínima igual ou acima de um ano de prisão.
Ações criminalizadas	Interceptação de comunicação telefônica, de informática ou telemática e quebra de sigilo de Justiça sem autorização judicial.	Violação de sigilo de comunicação telefônica de qualquer natureza sem autorização judicial e violação de sigilo de Justiça de quebra de sigilo telefônico.	Interceptação de comunicação telefônica, de informática e telemática, ou quebra, publicação ou divulgação de sigilo de Justiça, sem autorização judicial.
Punição prevista	Dois a quatro anos de reclusão e multa.	Idem à lei vigente.	Dois a cinco anos de prisão mais multa, com agravamento da pena de um terço até metade se o crime for cometido por servidor público.
Deve constar do pedido de autorização ao juiz	Descrição genérica da infração penal investigada, para justificar necessidade da escuta.	Descrição dos fatos investigados. Indicação de indício suficiente da prática do crime. Relação dos números de telefones a serem grampeados.	Descrição da infração penal determinada, para justificar necessidade da escuta. Indicação de indício suficiente da prática do crime. Relação dos números de telefones a serem grampeados.
Responsabilização pela execução e pelo acompanhamento da escuta telefônica	Não prevê a indicação de responsáveis.	Determina a indicação, pela prestadora do serviço de comunicação, do nome do técnico que efetuará o grampo.	Determina que seja indicada a autoridade policial responsável pelo caso. Prevê acompanhamento, pelo delegado, do serviço técnico de execução do grampo.